

Fundação Arca da Aliança

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO : 2020

1 - Introdução

A Fundação Arca da Aliança, com sede social na Rua de Santa Cruz nº 1, Cova da Iria com um fundo patrimonial de 399.038,32 €, contribuinte fiscal nº 504 219 413, tem como atividade principal: Outras Atividades Associativas (C.A.E. nº 94 995), e como atividades secundárias:

- Atividades Apoio Social para Pessoas Idosas, com alojamento (CAE 87301),
- Atividades Apoio Social para Crianças e Jovens, com alojamento (CAE 87901).

A Fundação teve no ano de 2020, quatro valências em funções, a Administração que gere os fundos existentes e promoveu a construção da Aldeia Intergeracional, que é o Lar das Bem-Aventuranças, que entrou em funcionamento em Setembro de 2013, e que tem protocolo com o Instituto da Segurança Social para 48 utentes; a Casa de Acolhimento de Jovens, para o qual tem um protocolo com o Instituto da Segurança Social para 25 utentes e a outra valência, com menos expressão que é o apoio a famílias carenciadas.

No final do ano de 2020, a Instituição, tinha na valência de Estrutura Residencial para Idosos, cerca de 74 utentes e na valência da Casa de Acolhimento para Jovens 25 utentes.

O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2020.

O presente relatório contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Fundação Arca da Aliança, procedendo a uma equilibrada e global evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 - Enquadramento Económico

No seguimento da crise causada pela COVID-19, a economia mundial caiu numa das mais profundas recessões desde a Grande Depressão de 1929, projetando-se que no ano passado o rendimento de cerca de 90 milhões de pessoas tenha caído para valores abaixo dos 2 dólares por dia, especialmente em regiões como a Ásia Meridional e a África Subsariana, e em particular para os grupos mais vulneráveis, incluindo mulheres e emigrantes, levando a uma regressão nos progressos que têm vindo a ser feitos para reduzir os níveis de pobreza extrema, principalmente nos países de baixo rendimento. No conjunto das economias emergentes, o rendimento per capita caiu mais de 90%, o que fez aumentar ainda mais as diferenças entre estes e os países desenvolvidos. Para além disso, o facto de as escolas terem sido fechadas poderá retroceder drasticamente os níveis de acumulação de capital humano.

Ainda assim, a atuação célere das diversas autoridades internacionais foi fundamental, tendo as medidas de política monetária e orçamental, de regulação e supervisão micro e macroprudencial permitido mitigar os efeitos negativos sobre a situação financeira das empresas e das famílias. No geral, já se começa a sentir uma moderada recuperação económica e, de forma a assegurar que esta ainda frágil recuperação acelere e que no longo prazo se transforme num crescimento económico robusto, os legisladores e decisores políticos terão de enfrentar e superar enormes desafios – na saúde pública, na gestão da dívida, na implementação das políticas orçamentais e de reformas estruturais, assim como na gestão dos bancos. Com um foco simultâneo na proteção e apoio dos mais vulneráveis, as políticas a implementar deverão também incentivar uma mudança de propósitos para a criação de um ambiente económico pós-COVID mais forte e sustentável.

2.1. A Nível Internacional e Europeu

Ao longo do ano 2020, a pandemia COVID-19 impactou severamente as condições financeiras dos diversos agentes económicos, nomeadamente das famílias, das empresas e dos Estados. Juntamente com a incerteza acerca do panorama económico pós-pandemia, estes agentes sentiram-se desencorajados e passaram a tomar medidas mais conservadoras, especialmente no tocante ao consumo e ao investimento.

Esta crise pôs em risco a convergência entre as economias avançadas e em desenvolvimento. Tanto o Banco Mundial como o FMI preveem uma recessão em 2020 tanto nas economias avançadas (-8%) como nas economias em desenvolvimento (-2,6%, -5% excluindo a China), prevendo um PIB per capita negativo em cerca de 95% dos países. Para o total do ano, o FMI prevê uma contração de -3,5% do crescimento a nível mundial.

No início da crise pandémica, a incerteza sobre a sua magnitude e impacto económico também se fez sentir nos mercados financeiros, com uma desvalorização abrupta dos ativos, em especial nos de maior risco, como foi o caso das ações e títulos de dívida de menor qualidade creditícia. Mas a adoção de medidas monetárias rapidamente interrompeu esta volatilidade, tendo-se posteriormente verificado uma valorização nos mercados bolsistas. A tendência de valorização observada nos Estados Unidos após o choque de março foi inicialmente impulsionada pelas empresas tecnológicas. Na área do euro também se observou uma valorização dos principais índices bolsistas, ainda assim abaixo dos valores registados antes da pandemia.

As medidas de confinamento e as limitações à mobilidade internacional tiveram um grande impacto nas companhias aéreas e no turismo. O fecho das fronteiras - que também contribuiu para a disrupção na oferta de bens e serviços - fez colapsar o comércio global que, devido às tensões comerciais entre a China e os Estados Unidos, assim como entre a Europa e o Reino Unido, já começava a registar uma trajetória de contração no final de 2019. No geral, o Banco Mundial prevê que, para 2020 o comércio global se tenha contraído em -9,5%.

O prolongamento destas contenções teve também um grande impacto no setor petrolífero, que ainda permanece rodeado de incertezas. Nos primeiros estágios da COVID-19 o preço do petróleo caiu drasticamente, o que levou a OPEP a cortar a produção em aproximadamente 9,7 milhões barril/dia desde abril de 2020 – o maior acordo de corte de produção na história deste setor. Só nos últimos meses do ano é que se começou a verificar uma recuperação, tendo o seu preço médio anual por barril situado nos 41 dólares, o que representa uma queda de 34% face a 2019. Quanto aos restantes bens, na maior parte destes verificou-se uma recuperação nos preços, especialmente dos metais, que conseguiu rapidamente voltar aos seus níveis pré-pandemia, sobretudo devido ao aumento da procura na China.

Nos meses mais recentes, as economias avançadas – em especial os Estados Unidos e vários países da Zona Euro – contabilizaram um aumento de infeções por SARS-Cov2. Nas economias emergentes, o número de novos surtos na Ásia Meridional e Central, na América Latina, nas Caraíbas e na Europa continuou a aumentar. Para aliviar estes efeitos, muitos países foram forçados a manter ou reintroduzir medidas de contenção.

Para mitigar todos estes efeitos, verificou-se uma adoção generalizada de pacotes de estímulos fiscais e monetários, o que levou a uma descida das taxas de juro na maioria das economias avançadas. Também os países emergentes implementaram estes pacotes, mas a adoção destas medidas foi mais limitada em termos de recursos, o que levou a taxas de juros mais elevadas. Para a Euribor para depósitos a 3 meses, a taxa de manutenção será de -0,526% em 2020. Já nos Estados Unidos, as taxas de juro de referência para depósitos a 6 meses serão de 0,7%.

No tocante às taxas de câmbio, e tendo por base dados do Banco Central Europeu (BCE), a cotação EUR/USD continuou o seu perfil descendente até finais de fevereiro onde atingiu os 1,079, tendo-se registado um pico de 1,146 no início de março, seguido de uma forte queda até finais de março, onde atingiu os 1,071. No decorrer do resto do ano registou uma trajetória ascendente, e a 30 de dezembro atingiu o seu valor mais elevado de 1,228. Quanto à cotação EUR/GBP, também se verificou uma continuação do seu perfil descendente até finais de fevereiro, onde atingiu o valor mais baixo do ano de 0,830 e começou então a subir, tendo em meados de março atingido o valor mais elevado de 0,923, registando novamente uma queda até inícios de abril, onde se situou nos 0,879 e, tendo estabilizado a partir desta data, terminando o ano com uma cotação de 0,899.

No continente europeu, o PIB real caiu cerca de 40% no segundo trimestre de 2020, com uma maior contração nos países avançados, onde o vírus primeiramente se espalhou em comparação com os países emergentes. Este impacto poderia ter sido mais grave, se não fosse pelas medidas fiscais aplicadas pelos diversos governos para apoiar as famílias e empresas, as quais ajudaram a preservar pelo menos 54 milhões de empregos. Também os bancos centrais aplicaram medidas de suporte ao crédito e de prevenção de disrupções no mercado financeiro. De acordo com a Comissão Europeia, 80% dos pacotes fiscais criados em 2020 foram somente para responder à pandemia, correspondendo a 4,2% do PIB total da União Europeia (UE). Assim, para o continente europeu o FMI projeta uma contração de -7% do PIB real em 2020 – o seu valor mais baixo desde a Segunda Guerra Mundial.

Para a zona euro, o PIB real caiu severamente durante a primeira metade do ano, ainda assim mitigadas pelas políticas adotadas, tanto ao nível geral como de cada país membro, as quais permitiram uma ligeira recuperação no terceiro trimestre de 2020. Contudo, esta recuperação foi rapidamente revertida pelos novos surtos do vírus, que levaram os diversos países membros a reintroduzir medidas de confinamento. Vários setores de serviços vitais para a economia da zona euro – em especial o turismo – permaneceram fracos, não sendo expectável uma total recuperação no curto prazo. Ainda assim, com o aumento da procura, verificou-se uma recuperação no setor produtivo. Para o total do ano, o FMI prevê uma contração de -8,3%.

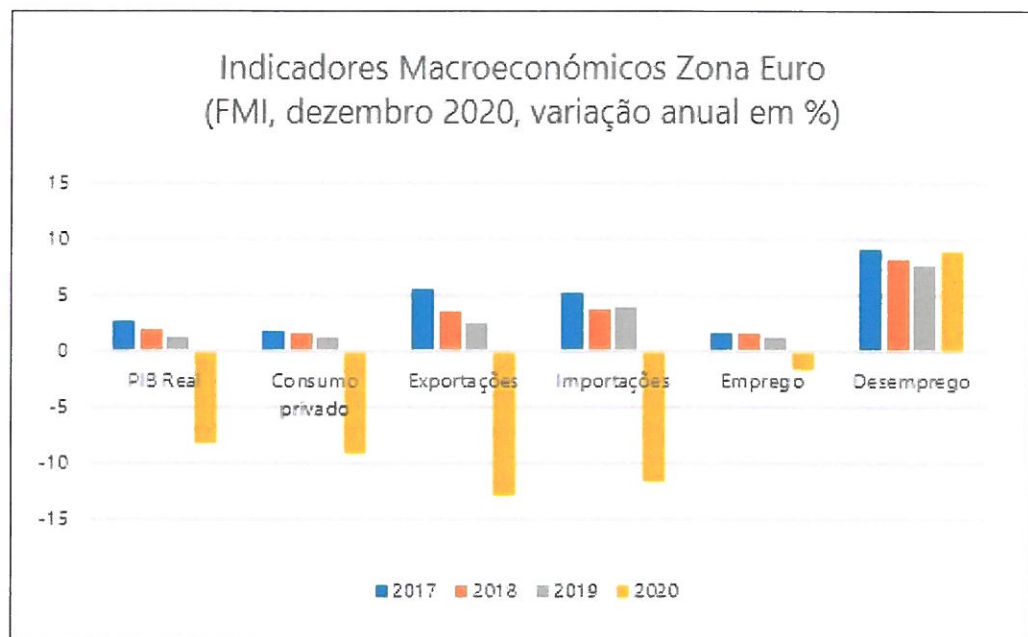
[Handwritten signatures and initials]

Para esta recuperação contribuíram maioritariamente o consumo privado que, para o conjunto do ano representou um crescimento de -9,2%, assim como as exportações e as importações, com um crescimento de -12,9% e de -11,6%, respetivamente.

O choque da procura na atividade económica mundial gerou uma pressão deflacionária adicional sobre os preços dos bens. Estes dois efeitos contribuíram para uma descida, em termos homólogos, do Índice Harmonizado dos Preços do Consumidor (IHPC) na área do euro, tendo a inflação subjacente (excluindo produtos alimentares não transformados e energéticos) atingido um mínimo histórico de 0,6%. Para o total de 2020, o Banco Mundial aponta para uma taxa de inflação de 0,3%.

Em relação ao mercado de trabalho, segundo o FMI, a taxa de emprego situou-se nos -1,7%, com uma taxa de desemprego de 8,9%. Ainda assim, o impacto que o COVID-19 teve nos níveis de emprego foi relativamente moderado, devido ao suporte fornecido pelos governos de cada estado membro.

As taxas de juro mantiveram-se em mínimos históricos, reflexo das medidas adotadas pelo BCE e pelas autoridades europeias para mitigação do impacto da crise pandémica, em especial no mercado de dívida titulada na área do euro onde, após um momento de perturbação inicial, se observou uma redução das yields para níveis próximos do período pré-pandemia.



No que respeita aos Estados Unidos da América, o Banco Mundial prevê uma queda de -3,6% para o conjunto de 2020. Apesar do apoio fiscal ao rendimento das famílias ter contribuído para uma recuperação no terceiro trimestre de 2020, os novos surtos do vírus rapidamente reverteram esta trajetória.

Em relação à China, esta registou uma rápida e forte recuperação, com o FMI a prever um crescimento de 1,9% para 2020. Quanto às restantes economias emergentes, 80% dos países enfrentam agora uma recessão económica causada pela pandemia, a qual fez aumentar os níveis de endividamento, que já em 2019 se encontravam em níveis historicamente altos, principalmente para as economias dependentes das exportações, cuja receita colapsou. Também a queda do consumo privado e da produção foi mais severa nestes países. Contudo, o suporte macroeconómico ajudou a mitigar o declínio da atividade nestes países. A queda no investimento foi parcialmente contida por diversos pacotes fiscais e por cortes nas taxas de juro, promovendo assim a liquidez e os empréstimos.

2.2 A Nível Nacional

A incerteza sobre a intensidade e evolução da pandemia de COVID-19 prevaleceu ao longo de 2020, tendo os seus múltiplos impactos colocado desafios para a estabilidade financeira do país. Até 2019 a economia portuguesa encontrava-se num período de ajustamento e convergência com o resto da Europa, tendo-se verificado uma redução do endividamento das empresas e particulares para valores próximos da média da área do euro, assim como um excedente do saldo orçamental. Mas com a imposição de medidas de restrição, o encerramento de fronteiras e o seu condicionamento à livre circulação, verificou-se uma acentuada queda da procura e da oferta, com repercussões na situação financeira dos diversos agentes económicos.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2020 registou-se uma contração do PIB de 7,6% em volume, após um crescimento de 2,2% em 2019, refletindo os efeitos marcadamente adversos da pandemia na atividade económica. A procura interna apresentou um expressivo contributo negativo para a variação anual do PIB, após o seu contributo positivo verificado em 2019, sobretudo devido à contração do consumo privado. A procura externa também teve o seu impacto negativo, tendo-se verificado reduções intensas nas exportações e importações de bens e serviços – com uma queda de 20,1% e 14,4%, respetivamente. O setor dos serviços - destacando a diminuição sem precedentes das exportações de turismo - foi mais afetado pela crise do que a indústria transformadora. Quanto ao setor da construção, ao contrário do verificado na área do euro, este manteve-se resiliente.

A capacidade de financiamento da economia portuguesa situou-se nos 1,0% do PIB até ao 2º trimestre de 2020, refletindo um aumento de 0,1% face ao trimestre anterior. Também a capacidade de financiamento das famílias registou um aumento, de 2,2%, reflexo da diminuição de 3,7% do consumo final.

Entre dezembro de 2019 e junho de 2020, o rácio de endividamento das empresas aumentou 5,7%, resultado do aumento da dívida total das empresas (2,4%), em especial das PME e da indústria transformadora e extrativa (com uma taxa de variação anual (tva) de 6,2% em junho), mas também do comércio, alojamento e restauração (tva de 7,4% no mesmo período) e da construção e atividades imobiliárias (tva de 6,8%). Este aumento interrompeu a tendência de redução que se vinha a observar desde 2013.

Devido à crise sanitária, registou-se uma redução de 1,1% da rentabilidade das empresas em junho de 2020 face a dezembro de 2019, destacando-se as reduções nos setores das indústrias, comércio, transportes e armazenagem e outros serviços. Contudo, verificou-se um aumento da liquidez das empresas, associado à obtenção de novo crédito.

O investimento empresarial em termos nominais (FBCF empresarial) diminuiu 16,3% em 2020, com maior expressão nas grandes empresas, as quais terão cancelado ou adiado decisões de investimento e, em termos sectoriais, a indústria transformadora foi quem mais contribuiu para esta queda, com uma variação de -18,7%, visto tratar-se de uma atividade com um elevado nível de exportações. Positivamente o setor da Construção foi quem mais contribuiu, com um aumento de 9,6%. Quanto ao investimento total, deverá corresponder a uma taxa de variação de -4,1%.

Em relação ao emprego, para o conjunto do ano o INE aponta para uma taxa de desemprego de 6,8%, um aumento de 0,3% face a 2019, o que representa um aumento de 3,4% da população desempregada e uma diminuição de 2% da população empregada. Ainda assim, verificou-se uma diminuição de 10,3% dos desempregados de longa duração. Por região, o Algarve registou a maior taxa de desemprego (8,3%), seguido da Região Autónoma da Madeira (7,9%) e da Área Metropolitana de Lisboa (7,7%) tendo o Centro e o Alentejo registado as taxas mais baixas (5,6% e 5,9%, respetivamente). Em termos homólogos, o Algarve registou o maior crescimento do desemprego (+1,2%), e as únicas regiões onde se verificou uma diminuição do desemprego foram o Alentejo (-1,0%) e a Região Autónoma dos Açores (-1,8%).

As medidas de apoio às empresas – em particular o regime de layoff simplificado – e de apoio aos trabalhadores independentes, permitiram controlar os níveis de desemprego ao longo do ano. Estas medidas, em conjunto com o reforço dos estabilizadores automáticos juntamente com várias medidas de apoio direto ao consumo de bens de primeira necessidade e ainda os programas de moratória, contribuíram para a manutenção do rendimento e da estabilização social das famílias mais afetadas pela redução da atividade económica.

A alteração ao comportamento habitual das famílias levou a uma queda do consumo privado para 6,8%, segundo projeções do Banco de Portugal. Já o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou em 2020 uma variação média anual nula, enquanto que o IHPC registou uma taxa de variação média de -0,1%.

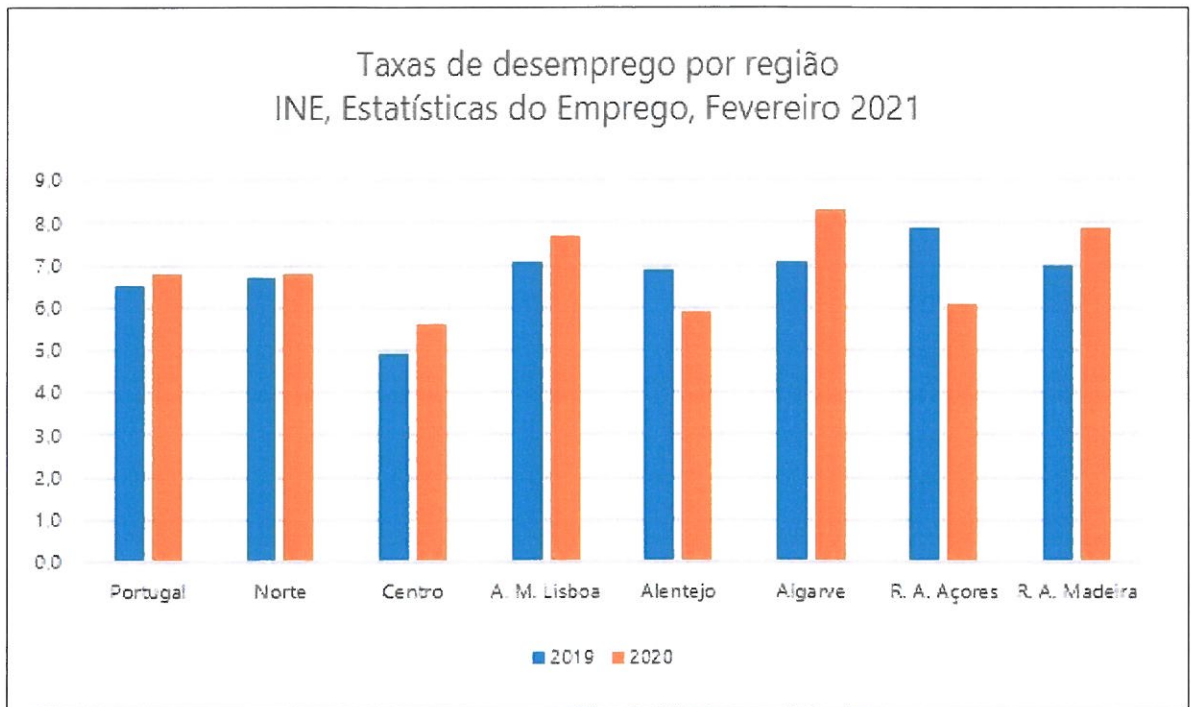
No primeiro semestre de 2020, a rentabilidade do sistema bancário português diminuiu para valores próximos de zero, situando-se em linha com a média da área do euro, tendo concorrido para este resultado o aumento das perdas por imparidade para crédito e a redução dos resultados de operações financeiras.

Quanto às administrações públicas, no conjunto do primeiro semestre de 2020 registou-se um saldo de -5,4% do PIB, comparando com -1,2% em igual período de 2019. No terceiro trimestre de 2020, o rácio de dívida pública situou-se em 130,6% do PIB, o que representa um aumento de 13,4% face a dezembro de 2019.

Na colocação de dívida de curto prazo, a taxa de juro média das emissões de bilhetes de Tesouro passou de -0,3% no primeiro semestre de 2020 para -0,5% no segundo semestre. Já nas emissões de longo prazo, a taxa de juro média da colocação de obrigações de Tesouro a 10 anos atingiu 0,8% na primeira metade de 2020, em contraste com os 0,3% verificados a partir de julho.

[Handwritten signatures and initials]

No primeiro semestre de 2020 observou-se uma redução de 8,6% da despesa com juros das administrações públicas face ao período homólogo. Adicionalmente, o impacto do pacote de estímulo para 2020 (2,7% do PIB) situou-se abaixo da estimativa para a média da área do euro (4% do PIB), o que resulta numa menor deterioração do saldo orçamental por esta via. Ainda assim, o elevado endividamento público representa uma vulnerabilidade no médio prazo.



3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2020, os resultados espelham a atividade desenvolvida pela Instituição, apesar do volume de negócios ter uma variação negativa de 5,46 % relativamente ao ano anterior (em 2019 foi de 762.727,65 € e em 2020 foi de 721.098,04 €).

Neste período, o volume de negócios era composto por: cerca de 1,76% deste valor, o abono de família de cada utente da Casa de Acolhimento de Jovens que provem da Segurança Social, 74,29% corresponde às mensalidades dos clientes da Estrutura Residencial para Idosos, cerca de 23,88% corresponde às comparticipações familiares aos Idosos, os restantes 0,07% respeitam às quotizações recebidas pela Ala dos Amigos da Fundação.

Relativamente aos outros rendimentos, dividem-se em:

- Subsídios do Estado e outros entes públicos, no valor de 638.674,61 €, dos quais 332.352,00 € respeitantes ao Acordo de Cooperação existente para a Casa de Acolhimento de Jovens e 283.380,87 € do Acordo de Cooperação para a Terceira Idade; e 1.758,48 € que foi 0,5% da consignação do I.R.S. recebido em 2019 para a Administração. Receberam-se 1.000,00 € do Município de Ourém, para apoio às medidas de contenção da COVID-19, e 20.183,26 € de Subsídio do Instituto do Emprego e Formação Profissional, relativo a dois estágios aprovados, um para o Solar e outro para a Casa de Acolhimento de Jovens, mas fundamentalmente relativo às Medidas de Apoio ao Reforço de Emergência de equipamentos Sociais e de Saúde (reforço das equipas de pessoal no Solar das Bem Aventuranças).
- Outros Rendimentos e Ganhos, no valor de 171.495,38 €, que essencialmente, são: 76.555,65 € - Imputação de subsídios para investimentos, na valência da Sede (Edifício da Administração), da Casa de Acolhimento de Jovens e na Estrutura Residencial para idosos; 50.038,52 € - Donativos para a Fundação; 43.907,00€ - Reembolso de despesas pagas pelos utentes do Solar; 197,91 € - Descontos de Pronto Pagamento Obtidos; 796,30 € - Venda de Energia, devido ao Protocolo celebrado com a EDP, com Painéis Fotovoltaicos, instalados no Solar das Bem Aventuranças.
- Juros, Dividendos e outros rendimentos similares, no valor de 3.584,74 €, que foram efetivamente os juros recebidos pelos Fundos de Compensação, e da valorização obtida pela Subscrição Fundo BPI Moderado.

Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresentase de seguida os valores do total dos gastos da Fundação:

- Custo das Matérias Consumidas 22.575,25 €
- Fornecimentos e Serviços Externos 461.968,74 €
- Gastos com o pessoal 965.599,52 €
- Gastos de Depreciação e de Amortização 134.503,91 €
- Outros Gastos e Perdas 3.470,81 €
- Gastos e perdas de Financiamento 4,30 €

[Handwritten signatures and initials]

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta os gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

RUBRICAS	PERIODOS		
	2020	2019	2018
Gastos com Pessoal	965.599,52 €	894.956,12 €	853.704,54 €
Nº Médio de Pessoas	72	66	67
Gasto Médio por Pessoa	13.411,10	13.559,94	12.741,86

Em 31/12/2020, o pessoal ativo, era composto por 70 elementos, repartidos da seguinte forma:

Na valência Casa de Acolhimento e Jovens, 18 funcionários, que são: uma Diretora Técnica, 6 Ajudantes de Ação Educativa, 3 Psicólogos, 7 Perfeitos, e 1 Trabalhador Auxiliar de Serviços Gerais.

Na Residência para Idosos estão 52 funcionários, que são: 1 Diretor Técnico, 32 Auxiliares de Ação Direta, 4 Cozinheiras e 1 Administrativa, que está em acumulação com a valência Casa de Acolhimento; 4 Ajudantes de Cozinha, 2 Enfermeiros, 1 Enfermeiro Especialista, 1 Técnico Superior de Reabilitação, 5 Trabalhadores Auxiliares de Serviços Gerais e 1 Assistente Social.

Em resultado da sua atividade, a posição financeira a Fundação apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível da autonomia financeira:

Em 2020, o ativo era de 7.014.410,40 € e o fundo de Capital era de 6.791.407,74 €, consequentemente a sua autonomia financeira era cerca de 97%. Relativamente a 2019, a autonomia financeira também foi de 97%, pelo que se manteve.

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da Fundação através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2020		2019	
Ativo não corrente	6.109.671,34	87 %	6.241.051,95	87 %
Ativo corrente	904.739,06	13 %	912.868,07	13 %
Total Ativo	7.014.410,40		7.153.920,02	

RUBRICAS	2020		2019	
Fundo de Capital	6.791.407,74	97 %	6.921.233,15	97 %
Passivo não corrente	0		0	
Passivo corrente	223.002,66	3 %	232.686,87	3 %
Total Capital Próprio e Passivo	7.014.410,40		7.153.920,02	

A Fundação exerceu atividade nos seguintes nas três valências acima descritas, mas com maior relevância na Casa de Acolhimento de Jovens que tem a seu cargo 25 jovens e tem um protocolo com a Segurança Social, e a Estrutura Residencial para Idosos que tem capacidade para 60 utentes no Lar e 26 para as residências.

Em 31 de Dezembro o número de utentes na Estrutura Residencial para Idosos era de 74, dos quais 9 estavam nas Residências, visto que são os utentes mais autónomos. O protocolo com a Segurança Social para o sector da Terceira Idade, é para 48 utentes, dos quais 10 vagas estão reservadas para utentes a colocar pela Segurança Social.

4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A Fundação Arca da Aliança no período económico findo em 31 de Dezembro de 2020 obteve um resultado líquido negativo de 53.269,76 €, propondo a sua aplicação para a conta de Resultados Transitados.

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	
ANO	2020
Resultados Transitados	-53.269,76€

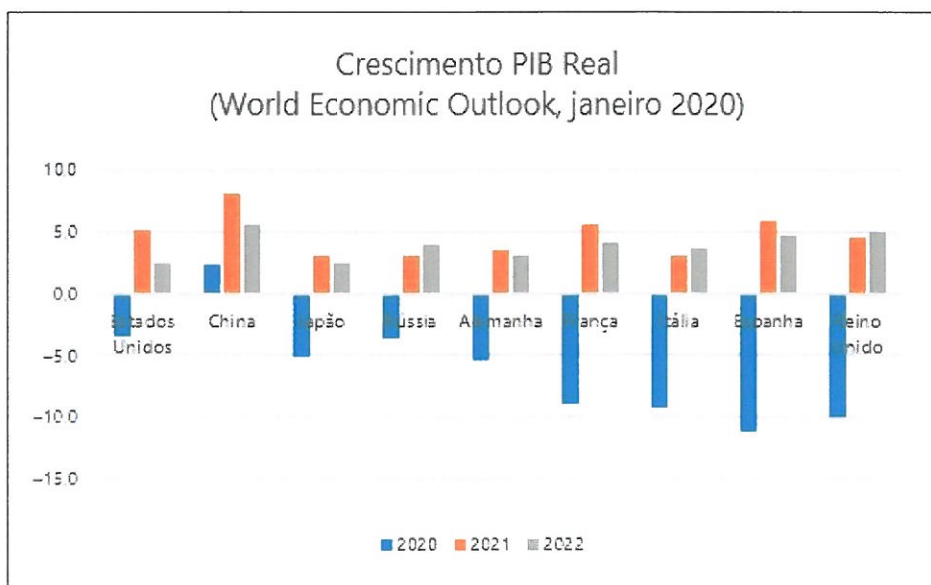
5 - Expetativas Futuras


5.1. Cenário macroeconómico

As mais recentes projeções do FMI apontam para um crescimento de 5,5% para este ano e de 4,2% para o próximo ano, pressupondo por um lado uma ampla disponibilidade das vacinas nas economias avançadas e em alguns países emergentes durante o primeiro semestre de 2021 e na maioria dos países até à segunda metade de 2022, projetando também que as terapias e testes deverão tornar-se mais eficazes e mais acessíveis em todo o mundo durante este e o próximo ano, o que deverá reduzir a transmissão do vírus a nível local, prevendo-se que esta atinja valores muito baixos até ao final de 2022. Por outro lado, a velocidade de distribuição das vacinas não será idêntica entre todas as economias, o que levará a uma disparidade temporal no tocante ao começo da fase de recuperação económica entre os diversos países. Estas projeções também têm em consideração a possibilidade de novos confinamentos, inclusive para conter a transmissão de novas variações do vírus antes das vacinas estarem amplamente disponíveis.

Já o Banco Mundial criou dois cenários distintos nas suas projeções, onde, num cenário otimista, prevê para este ano um crescimento de 4% e para 2022 um crescimento de 3,8%. Num cenário mais adverso, com a permanência de novos surtos de COVID-19 e um processo de vacinação mais demorado, o Banco Mundial prevê uma taxa de crescimento de apenas 1,6% em 2021 e de 2,5% em 2022. Num cenário ainda mais severo, com um maior stress financeiro, o crescimento para 2021 poderá mesmo ser negativo.

Para as economias avançadas, o Banco Mundial prevê um crescimento de 3,3% para 2021 e 3,5% para 2022, projetando um período de baixos níveis de inflação e baixas taxas de juro, o que trará implicações relevantes tanto para as políticas monetárias como para as políticas fiscais.





No tocante ao comércio global, o FMI prevê um crescimento de 8% para este ano e de 6% para 2022, com uma recuperação mais lenta no tocante aos serviços, especialmente os referentes ao turismo e companhias aéreas, que só deverão recuperar inteiramente quando os níveis de transmissão do vírus diminuírem em todo o mundo.

Mesmo com a recuperação prevista para este e próximo ano, a inflação ainda deverá manter-se moderada. Nas economias avançadas projeta-se uma taxa anual média de 1,5% e nas economias emergentes e em desenvolvimento em 4%. Quanto aos preços dos bens, para este ano espera-se uma boa recuperação, em especial no preço dos metais e dos produtos agrícolas. Quanto ao petróleo, o seu preço deverá começar a subir ao longo deste ano, mas ainda assim deverá manter-se bastante abaixo do preço médio de 2019. O BCE aponta para um aumento constante ao longo deste ano, de 50,5 dólares por barril no primeiro trimestre para 54,1 dólares no último trimestre, devendo então continuar a aumentar, mas num ritmo mais moderado, devendo atingir os 56,9 dólares em 2023. Contudo, é de frisar que estas projeções estão muito dependentes da forma como se desenvolver a atividade económica mundial, pois novos choques na procura e consumo destes bens poderão ocorrer caso voltem a ser tomadas medidas de restrição e isolamento globais. Quanto aos restantes bens, para este ano projeta-se um forte crescimento, em especial para o metal.

Quanto aos mercados financeiros, espera-se que a necessidade de liquidez venha a pressionar a subida das taxas de juro. Para a Euribor para depósitos a 3 meses, não se prevê sinais de melhoria durante este ano, devendo registar uma manutenção de -0,543%. Já nos Estados Unidos, espera-se que as taxas de juro de referência para depósitos a 6 meses reduzam para 0,4% em 2021, com uma prolongação desta tendência nos próximos anos.

Apesar de muitos países terem registado uma recuperação dos níveis de emprego mais forte do que o previsto, ainda existe um elevado nível de desemprego a nível global (a título exemplificativo, nos Estados Unidos, em comparação com fevereiro de 2020, existem menos 9 milhões de pessoas empregadas). Este peso recaiu desproporcionalmente entre mulheres e jovens, assim como entre trabalhadores com baixos níveis de educação, que viram o seu rendimento cair severamente. Países que tenham um elevado número de pessoas empregadas em setores que dependam do contacto social, assim como países dependentes das exportações de bens, e países onde o encerramento das escolas levou a um grande retorno dos níveis de acumulação de capital humano estão particularmente expostos a danos persistentes.

O considerável apoio fiscal anunciado em alguns países avançados para este ano, tais como os Estados Unidos e o Japão em dezembro de 2020, juntamente com o desbloqueio do fundo Next Generation EU por parte do Conselho Europeu para apoiar os estados membros atingidos pela pandemia entre 2021-23, irão ajudar a elevar a atividade económica entre as economias avançadas, com repercussões favoráveis para os seus parceiros comerciais. Ainda assim, a recuperação económica será distinta dentro deste grupo, projetando-se um crescimento mais rápido dos Estados Unidos e do Japão que deverá atingir os seus valores pré-COVID já na segunda metade deste ano, enquanto a Zona Euro e o Reino Unido ainda deverão manter-se abaixo dos seus valores pré-COVID durante 2021 e 2022.

O FMI também aponta que para este ano os déficits fiscais devam diminuir na maioria dos países, devendo começar a melhorar à medida que as receitas aumentam e as despesas diminuem com a recuperação. É importante que os principais bancos centrais mantenham as suas políticas de taxas de juro atuais até ao final do próximo ano, o que fará com que as condições financeiras permaneçam nos níveis atuais para as economias avançadas, devendo melhorar gradualmente no tocante aos mercados emergentes e economias em desenvolvimento.

Para o continente europeu, o FMI projeta uma recuperação de 4,7% do PIB real em 2021, e a inflação deverá também recuperar para 2,4%. Contudo, o aumento das infeções no continente Europeu traz algumas incertezas a estas projeções. Por outro lado, as incertezas envoltas num não acordo do Brexit foram dissipadas com o acordo celebrado em dezembro do ano passado.

Para a zona euro, a recente terceira vaga do vírus SARS-Cov2 enfraqueceu as convicções de uma normalização da economia para o início deste ano. Ainda assim, o início dos programas de vacinação em muitos dos países membros ajudou a repor um pouco da confiança de que a pandemia terminará no final deste ano. Os reforços das políticas monetárias, fiscais e laborais que vêm sendo implementados desde junho de 2020 devem conseguir suportar a atividade económica e, nesse sentido, o BCE prevê uma recuperação de 4,4% para este ano e de 3,7% para o próximo, esperando que em 2022 o PIB real exceda os valores de 2019. Já em 2023, o crescimento deverá ser moderado, de 1,9%. A partir de 2025, o crescimento deverá manter-se estável, nos 1,4%.

Esta terceira vaga também impactou os níveis de emprego que, previamente se esperavam vir a recuperar logo no início de 2021, sendo que uma recuperação só deve ocorrer a partir do segundo semestre deste ano. Assim, para este ano o BCE projeta uma taxa de desemprego de 8,9%, devendo depois diminuir para 8,3% em 2022 e para

7,8% em 2023, projetando que até 2025 se situe nos 7,4% e que o crescimento do salário nominal passe de 1,5% (2021) para 2,3%.

Quanto à inflação, com a projeção de uma melhoria na procura, o BCE prevê um aumento da inflação IHPC para 0,9% para 2021, 1,3% para 2022 e 1,5% em 2023, sendo que para 2025, num ambiente mais estável, espera-se uma inflação média de 1,7%.

Para 2021, é expectável que cerca de 30% da deterioração orçamental projetada em 2020 seja revertida, com os rácios de déficit mantendo-se acima de 3% do limiar do PIB em todos os países da área do euro, à exceção do Luxemburgo e do Chipre. A Comissão Europeia prevê que os pacotes fiscais a serem criados para responder à crise correspondam a 2,4% do PIB total da UE, e que gradualmente estas medidas de emergência para mitigar os efeitos da crise se dissipem nos anos futuros, dando lugar a medidas focadas na recuperação económica, tais como cortes nos impostos indiretos e aumento do investimento público.

A taxa de câmbio média USD/EUR deverá registar uma apreciação muito moderada de cerca de 1,21% no primeiro trimestre para 1,23% no último trimestre do ano e períodos seguintes, sendo que pelo menos até 2026 as taxas de juro deverão manter-se negativas.

Para os Estados Unidos, o Banco Mundial prevê uma recuperação de 3,5% em 2021 e de 3,3% e 2022, não sendo expectável novos acordos no tocante às tarifas comerciais entre os Estados Unidos e a China. Esta falta de integração económica traz grandes incertezas ao comércio global.

Quanto às economias emergentes e em desenvolvimento, o Banco Mundial prevê uma recuperação de 5% para 2021, um valor bastante abaixo dos seus níveis pré-COVID. Este crescimento será bastante impulsionado pela expectável recuperação da China que, com o controlo apertado de novos surtos, com o reforço do investimento público e com o aumento da produção e da exportação de bens, deverá registar um crescimento de 8,2%. Excluindo a China, a recuperação deste conjunto de países deverá ser de apenas 3,4%, com os países exportadores de petróleo e os países dependentes do turismo a terem mais dificuldades em recuperar.

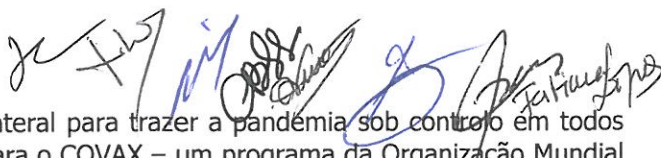
Já para 2022, o crescimento ainda será moderado, de 4,2%, permanecendo 6% abaixo dos níveis pré-pandemia. Durante a próxima década, é expectável que a pandemia venha a reduzir o crescimento potencial entre 0,6% a 3,4%, sendo que mais de 90% destes países verão o seu rendimento per capita cair, com um terço destes países a ter um rendimento per capita inferior ao que tinham em 2019. Para além disso, muitos destes países vão enfrentar constrangimentos quanto à procura e distribuição de vacinas, o que irá atrasar a sua recuperação económica.

Esperam-se recuperações mais positivas no tocante às exportações, no seguimento da recuperação da atividade económica dos principais parceiros comerciais, o que levará também a uma melhoria nos déficits destes países, o que poderá melhorar a sustentabilidade das suas dívidas soberanas. Assim, o foco para este ano será aumentar as exportações e os preços dos bens, assim como impulsionar o consumo privado e o investimento.

Um elevado nível de incerteza envolve estas previsões. Por um lado, o possível surgimento de uma nova vacina e tratamentos contra o vírus podem melhorar as mesmas. Por outro lado, novas ondas de infeções e/ou atrasos na distribuição das vacinas podem reverter a situação económica atual, com mais medidas de distanciamento social e isolamento a serem aplicadas. O acesso desigual a tratamentos e vacinas pode também influenciar negativamente a recuperação económica global. Devido ao aumento da dívida, alguns países poderão também vir a sofrer de problemas financeiros, revertendo-se também no aumento do desemprego.

Tal como em prévias crises económicas, é expectável que esta pandemia deixe efeitos adversos na atividade económica global e no rendimento per capita no longo prazo. Segundo o World Economic Forum no seu Global Risks Report 2021, a próxima década apresenta vários riscos ao crescimento económico, sendo o de maior impacto as doenças infecciosas, seguida da falha das ações climáticas e outros riscos ambientais. Também a desigualdade digital e falta de segurança cibernética são apontadas como riscos de elevada probabilidade.

Em termos de horizonte temporal, para os próximos dois anos os principais riscos incluem crises no mercado de trabalho e nos meios de subsistência, aumento da desigualdade digital, estagnação da economia, danos ambientais, erosão da coesão social e ataques terroristas. Num horizonte de 3 a 5 anos, os principais riscos serão a instabilidade dos preços, choques nos bens e crises de dívida, seguidos de riscos geopolíticos. Num período mais longo, de 5 a 10 anos, riscos ambientais, tais como perda da biodiversidade, crises de recursos naturais e falhas na ação climática serão os mais críticos. Assim, ao longo da próxima década será necessário um esforço político abrangente para reacender um crescimento robusto, sustentável e equitativo. As ações políticas deverão garantir um suporte eficaz no decorrer da recuperação económica.



No curto prazo, será necessária uma forte cooperação multilateral para trazer a pandemia sob controlo em todos os países. Tais esforços incluem o reforço do financiamento para o COVAX – um programa da Organização Mundial da Saúde para acelerar o acesso equitativo das vacinas -, o qual permitirá acelerar o acesso às vacinas em todos os países, garantindo assim uma distribuição universal de vacinas, com preços acessíveis a todos.

Mesmo com o controlo da pandemia, os danos causados em 2020 podem ser mais severos do que o expectável. O ambiente nos negócios e nos consumidores pode ser mais cauteloso, o que poderá resultar num enfraquecimento do consumo e dos investimentos. O elevado nível da dívida das empresas e dos Estados também pode pesar na atividade económica dos próximos anos. Assim, é também importante uma colaboração global de forma a garantir o acesso adequado à liquidez internacional dos países com elevados níveis de dívida. Onde a dívida soberana for insustentável, os países elegíveis deverão trabalhar em conjunto com os credores para reestruturar a sua dívida, no âmbito do Quadro Comum acordado pelo G20.

Os governos deverão manter-se vigilantes e adaptar as suas medidas consoante a situação evolua favorável ou desfavoravelmente, implementando medidas fiscais e monetárias que apoiem a economia, assegurando que a transparência e independência não sejam comprometidas. Simultaneamente, deverão priorizar a gestão dos riscos de saúde, assegurando-se que os seus sistemas de saúde estão adequadamente preparados e equipados de forma a conter possíveis surtos e propagações do vírus, assim como o apoio às populações diretamente impactadas.

Para além disso, os decisores políticos devem desenhar estratégias e medidas económicas fortes, equitativas e resilientes, privilegiando iniciativas que garantam um crescimento inclusivo e que proteja os mais vulneráveis. É preciso apoio ao investimento de infraestruturas que melhorem os serviços de saúde e de apoio social, bem como investir em tecnologias digitais, que promovam o teletrabalho e o e-learning. Sem o apoio externo necessário, muitos destes países poderão ter perdas severas e prolongadas na produtividade laboral, um fraco crescimento económico e elevados níveis de pobreza.

Apesar de tudo, esta crise também apresenta uma oportunidade para acelerar a mudança para um crescimento mais produtivo, sustentável e equitativo. O COVID-19 veio acelerar a Quarta Revolução Industrial, expandindo o e-commerce, o e-learning e o teletrabalho. Estas mudanças irão transformar a sociedade mesmo após a pandemia, prometendo trazer enormes benefícios – tais como a capacidade de adaptação ao trabalho/estudo remoto, assim como ao rápido desenvolvimento de vacinas. Por outro lado, também trazem riscos ao aumento da desigualdade, prejudicando as perspetivas de uma recuperação inclusiva.

Neste sentido, os países deverão cooperar entre si e, assim que esta crise termine, focar-se no longo prazo, dando prioridade a problemas recorrentes como os baixos crescimentos de produtividade, o aumento da desigualdade e da pobreza, os elevados níveis de dívida, e na acumulação de capital humano, mas também redobrar os esforços na mitigação das alterações climáticas, assim como para resolver as tensões comerciais e tecnológicas atualmente existentes. É crucial a implementação de medidas de investimento sustentável, principalmente em novas tecnologias mais ecológicas, de forma a acelerar a recuperação económica e simultaneamente atingir os objetivos climáticos de longo prazo. Mais do que nunca, a cooperação global é extremamente importante, pois só através dela se conseguirá ultrapassar uma crise mundial e evitar que esta catástrofe se repita.

5.2 Cenário Interno

De acordo com o Banco de Portugal, as projeções para 2021 apontam para um crescimento do PIB nacional para os 3,9% e, num cenário mais otimista, para 5,9%. Já em 2022 prevê-se um crescimento de 4,5% (4,8% no segundo cenário), com a retoma da atividade económica aos níveis anteriores à crise pandémica. Já para 2023 projeta-se um crescimento de 2,4% (2% no segundo cenário). Este crescimento ficará acima da área do euro ao longo do horizonte de projeção, de acordo com estimativas do Eurosistema.

O impacto sem precedentes da pandemia de COVID-19 sobre a economia mundial e os mercados financeiros, trouxe consigo diversos riscos à estabilidade financeira, tais como potenciais episódios de volatilidade extrema nos mercados financeiros, o que poderá levar a reduções abruptas no valor de ativos financeiros, assim como uma correção em baixa dos preços do imobiliário residencial. Também o agravamento da dívida das empresas e das famílias constitui uma vulnerabilidade no curto prazo, e no médio prazo o elevado endividamento das administrações públicas. De forma a mitigar os efeitos da pandemia e da preservação da estabilidade financeira, as medidas de apoio ao setor bancário e ao setor privado não financeiro devem articular-se e complementar-se, assegurando que esta crise económica não evolua para uma crise financeira.

Para 2021, deverá verificar-se uma recuperação parcial do investimento empresarial (FBCF empresarial), projetando-se um crescimento de 3,5%, com o maior contributo a vir dos transportes e armazenagem (3,4%) e, negativamente, das indústrias transformadoras (-1,9%). Quanto ao investimento total, este deverá atingir uma

taxa de variação de +2,6% em 2021.



Quanto às exportações de bens e serviços, deverá registar-se uma recuperação ao longo do horizonte de projeção, com taxas de crescimento de 9,2% para este ano, 12,9% em 2022 e 6,7% para 2023, com uma recuperação mais demorada no tocante aos serviços. Também as importações terão o mesmo comportamento, com um aumento de 8,8% para este ano, 9,1% em 2022 e 5,1% em 2023, reflexo da recuperação na procura global ponderada.

Num quadro de prevalência de subutilização dos recursos produtivos e de baixa procura, as pressões descendentes sobre os preços deverão continuar a prevalecer ao longo deste ano, em especial nos setores ligados ao turismo. Juntamente com a manutenção das expectativas de inflação a níveis baixos, a taxa de inflação deverá situar-se nos 0,3% este ano, aumentando para 0,9% em 2022 e devendo atingir os 1,1% em 2023.

Ao longo do horizonte de projeção, espera-se ainda um aumento gradual do emprego, decorrentes da recuperação dos setores mais expostos aos contactos pessoais e ao turismo, devendo, contudo, somente alcançar os seus valores pré-pandemia no final de 2023. Ainda assim, projeta-se um aumento da taxa de desemprego durante este ano, para 8,8%, devendo nos anos seguintes diminuir gradualmente, para 8,1% em 2022 e 7,4% em 2023.

O consumo privado deverá crescer 3,9% este ano, 3,3% no ano seguinte e 1,1% em 2023, devendo assim atingir os valores pré-pandemia no final de 2022. No que respeita ao consumo público, projeta-se para este ano um aumento de 4,9% do consumo público, refletindo assim a retoma dos serviços públicos ao seu normal funcionamento, devendo representar um valor elevado até 2023.

O saldo da balança corrente deverá registar um excedente neste e nos próximos anos, devendo atingir 2,7% do PIB no final do horizonte. É de elevada importância que se retome o processo de consolidação orçamental, de forma a reduzir a probabilidade de reavaliações do risco soberano associadas a dúvidas sobre a sustentabilidade da dívida pública. No curto prazo, derivado das medidas adotadas pelo BCE para mitigação do impacto da crise pandémica, os custos de financiamento do soberano deverão manter-se reduzidos.

A retoma da atividade projetada para este ano encontra-se condicionada pelo impacto da crise sobre a capacidade produtiva e pela necessária reafetação de recursos entre empresas e entre setores. O aumento do endividamento dos setores público e privado, assim como do risco de crédito coloca enormes desafios à economia portuguesa nos próximos anos. A atuação das políticas nacionais e supranacionais continuará a ter um papel fundamental na recuperação da resiliência da economia nacional, devendo promover a retoma do investimento e a correta afetação de recursos.

5.3 Evolução previsível da entidade

A actividade da Fundação, qu durante o ano de 2020 foi fortemente marcada pelo surgimento da pandemia COVID-19, e perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, prevê-se que no futuro próximo se possa voltar a uma nova normalidade.

Este setor está fortemente relacionado com a resposta do Governo às questões de Saúde Pública, que em 2021, possa ser ultrapassada com a imunidade de grupo através do processo de testagem e vacinação do pessoal e de utentes. Perante esta expectativa prevê-se que a Fundação Arca da Aliança, dê continuidade ao seu projeto, e contribua com aumento da taxa de emprego na zona, o que se começou já a verificar em anos anteriores, contribua para dinamizar o setor da terceira idade, e possa conseguir o máximo de rentabilidade do Investimento realizado (no Edifício e equipamentos do Solar das Bem Aventuranças), na causa solidária.

6 - Outras Informações

A Fundação Arca da Aliança não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de Fundos Patrimoniais.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

Não ocorreram factos relevantes após o termo do período, que alterem as Demonstrações Financeiras do ano de 2020.

7 - Considerações Finais

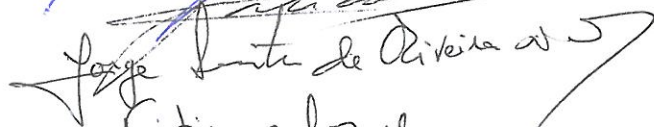
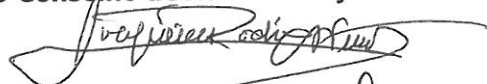
Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Amigos, Fornecedores gerais e de investimentos, Instituições de Crédito, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso projeto.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Fundação Arca da Aliança.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações nos fundos patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

Fátima, 17 Junho de 2021

O Conselho de Administração



Fátima Lopes

